



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

FILOSOFIA – LICENCIATURA

INTENCIONALIDADE SOB A LUZ DE JOHN R. SEARLE

LUCAS DIEGO DE LIMA

Foz do Iguaçu
2019



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

FILOSOFIA – LICENCIATURA

INTENCIONALIDADE SOB A LUZ DE JOHN SEARLE

LUCAS DIEGO DE LIMA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Filosofia – Licenciatura.

Orientador: Prof. DR. Napoleão Schoeller de Azevedo Júnior

Foz do Iguaçu
2019

LUCAS DIEGO DE LIMA

INTENCIONALIDADE SOB A LUZ DE JOHN R. SEARLE:

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Filosofia – Licenciatura.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Napoleão Schoeller de Azevedo Júnior
UNILA

Prof. Dr. Idete Teles dos Santos
UNILA

Prof. Dr. Patrícia Nakayama
UNILA

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Dedico este trabalho ao meu pai Sérgio
Marcelo de Lima, e à todas as mulheres da
minha vida, principalmente a minha mãe
Lúcia Helena Faria de Lima e minha irmã
Marcella Stephane de Lima

AGRADECIMENTOS

A Lúcia Helena Faria de Lima, minha mãe, e ao Sérgio Marcelo de Lima, meu pai, e a Marcella Sthefany de Lima, minha irmã, pelo apoio e por tornar possível esse trabalho.

Ao meu orientador professor Napoleão Schoeller de Azevedo Júnior pela atenção, dedicação, paciência, e compreensão.

A Juliana Franzi pela ajuda que proporcionou e pelo apoio.

Á todos os pequenos momentos que compartilhei com várias pessoas que me proporcionou a lucidez de alguns assuntos no decorrer do trabalho.

Naturalmente, no início seria um trabalho tedioso e cansativo; não me impediria de existir nem de sentir que existo. Mas chegaria o momento em que o livro estaria escrito, estaria atrás de mim, e creio que um pouco de clareza iluminaria meu passado. Então, talvez através dele eu pudesse evocar minha vida sem repugnância.

A Náusea. Jean-Paul Sartre

DE LIMA, Lucas Diego. **Intencionalidade sob a luz de John Searle**. 2019. 49 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia – Licenciatura) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discorrer sobre o que vem a ser a Intencionalidade para o pensador norte-americano John Rogers Searle. A palavra Intencionalidade tem significados diferentes dependendo da perspectiva que estudamos dentro da filosofia da mente, na perspectiva de Searle, a Intencionalidade é o principal papel evolutivo da mente, pois proporciona certas formas de relação com o mundo. É proposto, pelo autor, a ideia de que a intencionalidade é uma propriedade de muitos estados mentais que são dirigidos para, ou acerca de, objetos e estados de coisas no mundo, dentro de uma base teórica de que a mente é um fenômeno biológico do corpo, chamada de naturalismo biológico. Utiliza como forma didática a Teoria dos atos de fala para explicação e exposição da Intencionalidade, pois uma relação entre a intencionalidade e a teoria dos atos de fala se dá por causa da noção da “representação”, segundo Searle, os estados Intencionais representam estados de coisas no mesmo sentido de “representar” que os atos de fala representam objetos e estados de coisas. Sendo estes estados relacionados, obtendo uma Rede de estados Intencionais que tem como base um Background de informações não-Intencionais. Além disto a intencionalidade, para ele, tem uma direção de ajuste mente-mundo e mundo-mente, condições de satisfação e direção de causação. O estudo terá foco nas seguintes obras: Intencionalidade; Mente, Linguagem e Sociedade; Lenguaje y Ciencias Sociales Diálogo entre John Searle y Crea; Expressão e Significado - Estudo Da Teoria Dos Atos Da Fala.

Palavras-chave: Intencionalidade. John Searle. Filosofia da Mente. Direcionalidade. Representação.

DE LIMA, Lucas Diego. Intencionalidad bajo la luz de John Searle. 2019. 49 páginas. Trabajo de Finalización del Curso (Licenciatura en Filosofía - Licenciatura) - Universidad Federal de Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMEN

Este documento pretende discutir lo que constituye la intencionalidad para el pensador estadounidense John Rogers Searle. La palabra intencionalidad tiene diferentes significados según la perspectiva que estudiamos dentro de la filosofía de la mente. En la perspectiva de Searle, la intencionalidad es el principal papel evolutivo de la mente, porque proporciona ciertas formas de relación con el mundo. El autor propone que la intencionalidad sea una propiedad de muchos estados y eventos mentales que se dirige a, "sobre o de objetos y estados de cosas del mundo", sobre la base teórica de que la mente está un fenómeno biológico del cuerpo, llamado "naturalismo biológico". El autor se utiliza de una forma didáctica la teoría de los actos de habla para la explicación y exposición de la intencionalidad, ya que una relación entre la intencionalidad y la teoría de los actos de habla se debe a la noción de "representación", según Searle, los estados intencionales representan estados de cosas en el mismo sentido de "representación" que los actos de habla representan objetos y estados de cosas. Estos estados están relacionados, obteniendo una red de estados intencionales que se basa en un fondo de información no intencional. Por otra parte, la intencionalidad, para él, tiene una dirección de ajuste mental-mundo y mente-mundo, condiciones de satisfacción y dirección de causalidad. El estudio se centrará en los siguientes trabajos: Intencionalidad; Mente, Lenguaje y Sociedad; Lenguaje y Ciencias Sociales Diálogo entre John Searle y Crea; Expresión y significado - Estudio de la teoría de los actos del (la) habla.

Palabras clave: intencionalidad. John Searle. Filosofía de la mente. Direccionalidad. Representacion

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 INTENCIONALIDADE.....	13
2.1 INTENCIONALIDADE-COM-C E INTENCIONALIDADE-COM-S	15
2.2 INTENCIONALIDADE E A FILOSOFIA DA LINGUAGEM.....	16
2.2.1 Teoria dos Atos de Fala.....	17
2.3 INTENCIONALIDADE COMO REPRESENTAÇÃO: O MODELO DO ATO DE FALA...21	
2.3.1 A Representação.....	26
2.4 A INTENCIONALIDADE DA PERCEPÇÃO: APRESENTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO.....	27
2.5 INTENÇÃO E AÇÃO.....	31
2.6 CAUSAÇÃO INTENCIONAL.....	37
2.7 REDE INTENCIONAL BACKGROUND	40
2.8 SIGNIFICADO.....	42
2.9 NATURALISMO BIOLÓGICO.....	45
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

Stephen King, o escritor, desenvolveu uma obra em 1986 chamada “It¹”, intitulada no Brasil como “It- A coisa”, um conto de terror, e o principal vilão é a personificação do *medo*. Neste caso, a Coisa (It) se torna o medo dos personagens: o medo de palhaços, o medo de ser esquecido, o medo do passado, o medo da religião, o medo do racismo, o medo de coisas nojentas, o medo de coisas infecciosas, dentre outros estados mentais, ou estados psicológicos.

Se analisarmos a personagem a Coisa (It) notaremos que há sempre *algo* do qual temos medo. Quando a Coisa (it) se manifesta como Pennywise, o palhaço, ele se torna algo com o qual algum dos personagens tem medo: O medo *de* palhaço. E é este *de* que nos intriga. Se temos *medo de* algo, haveria alguma forma de relação da mente com o mundo? Para que possamos ter *medo de* palhaços, haveria alguma relação entre o objeto no mundo, o palhaço, com a nossa mente? Em outras palavras, nossa mente poderia, de alguma forma, direcionar o que sentimos para as coisas do mundo?

A título preliminar, nossa questão ronda em problemas relacionados à mente, apesar de que poderíamos discorrer sobre a questão da relação mente-mundo por meio da linguagem, ou se debruçar em questionamentos epistemológicos. Mas estas não são as áreas com as quais vamos adentrar profundamente, pois o que buscamos entender não é como, ou se, podemos dar um valor de verdade para a sentença “Georgie tem medo de escuro”, mas sim como, e se, a mente é capaz de se direcionar a estados e coisas no mundo. Assim nossa pesquisa pretende-se manter em uma das áreas da filosofia: a filosofia da mente.

Há alguns pensadores que argumentam sobre os questionamentos que fazemos aqui, a relação mente-mundo, e alguns deles discorrem sobre a *Intencionalidade*. Filósofos como Franz Clemens Honoratus Hermann Brentano (1838-1917), Edmund Gustav Albrecht Husserl (1859-1938), Jean-Paul Charles Aymard Sartre (1905-1980), John Rogers Searle (1932-) e outros desenvolvem seu pensamento a respeito desta relação mente-mundo através deste conceito, a *Intencionalidade*. Mas o que essa ideia fala a respeito do seguinte problema: *a mente poderia ser capaz de se relacionar com o mundo?*

Buscamos entender como os nossos estados mentais, por exemplo o medo, pode ser capaz, ou não, de se relacionar, direcionar ou se referenciar a algo no

¹ KING, Stephen. A COISA IT. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

mundo, como um palhaço. Mas, da mesma forma que o medo, existem outros estados mentais que parecem nos indicar que há, de alguma maneira, uma relação da nossa mente com o mundo. Por exemplo: amor, crença, esperança, alegria, culpa, orgulho, remorso, pesar, irritação, prazer, abominação, nojo, desapontamento, afeição, ira, e muitos mais. Se buscamos algo que há em comum entre eles, percebemos que são estados mentais *de algo*. A crença *de*, o prazer *de*, o remorso *de*, o *medo de*, etc., havendo essa característica de uma *direcionalidade*.

A grosso modo, essa característica de *direcionalidade*, de termos medo *de*, temor *de*, raiva *de*, *alegria de*, etc., é o que leva o nome de *Intencionalidade*. Alguns filósofos, como os anteriormente mencionados, trabalharam suas ideias em como viria a ser essa tal característica da mente chamada *Intencionalidade*. Dentre eles há o filósofo norte-americano John Rogers Searle, é a partir deste autor que vamos analisar a resposta para nosso questionamento a respeito deste problema na filosofia da mente: a relação mente e mundo através da *Intencionalidade*.

Searle é um filósofo contemporâneo, é certo que há outros pensadores antes de suas obras que falam sobre a *Intencionalidade*, um provável caminho de investigação que o pensador poderia fazer é seguir um dos pensadores que escreveu sobre *Intencionalidade* e expor suas ideias acerca deste assunto. No entanto, ele se propõe a “ignorar a maior parte dos escritos tradicionais sobre *Intencionalidade*”², talvez porque, para ele, a “tradição é um tanto confusa”³.

Além disto, o filósofo propõe relacionar o que podemos encontrar em outras áreas (como a biologia, a física, a astronomia, entre outras) com as possíveis respostas que podemos ter de problemas filosóficos. Como podemos ver no diálogo com o Community of research on excellence for all (CREA), em que Searle diz, de forma abrangente durante a explicação sobre suas investigações, que há somente uma única pergunta na filosofia contemporânea: “como podemos reconciliar uma determinada concepção que temos dos seres humanos com o que já sabemos acerca de como funciona o mundo?”⁴. E continua a discorrer se perguntando: “como se reconciliam estas duas imagens, a imagem de nós mesmos como seres humanos, e a imagem da realidade como algo composto de partículas completamente carente de significado, inconsciente, sem liberdade?”⁵.

Buscaremos tomar o caminho de Searle e pretendemos analisar o que o autor tem a dizer sobre a *Intencionalidade*. Primeiramente por ser um autor atual e

² SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. XI

³ Ibidem. p. 1

⁴ Idem. *Lenguaje y Ciencias Sociales Diálogo entre John Searle y Crea*. Barcelona: El Roure, 2004. p. 37.

⁵ Ibidem.

contemporâneo que se propõe a discorrer sobre a resposta para nosso questionamento a respeito da mente; em segundo lugar por sua pretensão em ter uma perspectiva mais aberta para relacionar problemas filosóficos com outras áreas do conhecimento; e, por último, nos ajudará a estudar sobre sua inclinação ao que ele nomeia de *Naturalismo Biológico*.

2 INTENCIONALIDADE

A Intencionalidade, para Searle, é “aquela propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos para, ou acerca de, objetos e estados de coisas no mundo”⁶. Quando dissermos que “Bill teme que Pennywise tenha matado Georgie”, o temor de Bill é de que esse determinado estado de coisas seja deste modo específico, ou seja, que “Pennywise matou Georgie”. E da mesma forma seria se fosse “Tomas ama Sabina”, o amor de Tomas é dessa determinada maneira: pela Sabina.

Nem todos os estados mentais, para Searle, têm esta propriedade de *direcionalidade*. Pode-se dizer que há alguns estados mentais que não são Intencionais. Por exemplo: “nervosismo, exaltação e ansiedade não-direcionada”⁷. É possível que o nervosismo, exaltação e ansiedade possam ser direcionados, porém, para Searle, estes estados mentais podem também serem não-direcionados⁸. Uma forma simples de entendermos (se são, ou não, Intencionais estes estados mentais) é questionando sobre a que eles estão direcionados. Se dizemos “Georgie tem medo de escuro”, podemos nos perguntar de que Georgie tem medo? ou “Sabina ama Tomas”, podemos nos perguntar quem Sabina ama? Estes estados mentais, como nos exemplos acima, o medo e o amor, “devem ser sempre referentes”⁹ a algo. Em suma, para identificar se são ou não Intencionais deve haver uma resposta para as perguntas: A que se refere E? Em que consiste E? O que é um E tal que?

Pensemos um pouco acerca da primeira parte da obra de Milan Kundera, “A Insustentável leveza do ser”¹⁰, quando o personagem Tomas sentira um inexplicável amor por uma moça que mal conhecia. Seria realmente amor o que Tomas experimentara por aquela moça? Talvez ele realmente não soubera o que era aquilo naquele momento de reflexão, onde estava em pé, numa das janelas de seu apartamento; porém, independente se era amor ou não, o personagem sentia *algo* por aquela moça. Dentro de nossa análise, se nos propusermos a seguir a forma que Searle utiliza para saber se esse estado mental é ou não Intencional, chegaremos à seguinte questão: a quem se refere o amor de Tomas? Caso Searle esteja certo, neste exemplo, o estado mental de Tomas seria Intencional, já que se encontra direcionado à moça que Tomas mal conhecia.

⁶ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 1.

⁷ Ibidem. p. 2.

⁸ Cf. Ibidem.

⁹ Ibidem. p. 2.

¹⁰ Cf. KUNDERA, Milan. *A Insustentável Leveza do ser*. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1986.

Pensando em um outro exemplo, poderíamos citar a obra literária de Yuri Amaral, “Yala e a teia da existência”¹¹, do gênero fantástico, onde logo nas primeiras páginas um rapaz se irrita ao ver o sorriso da Yala, proveniente de sua incapacidade inicial de compreender a história que ela discorria. Seria essa irritação um estado Intencional? Apliquemos o método discorrido por Searle, e questionemos: a que se refere a irritação do rapaz? Refere-se ao sorriso da Yala, proveniente da incapacidade inicial do rapaz de compreender a história que ela discorria. Segundo o método de Searle este estado de irritação do rapaz é Intencional.

Até o momento falamos muitas vezes a palavra Intencionalidade. E expomos que ela é, inicialmente para Searle, “aquela propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos para, ou acerca de, objetos e estados de coisas no mundo”¹². Podemos encontrar no dia-a-dia uma palavra semelhante com a que estamos usando, e que não tem o mesmo significado: a intensão.

A intensão (em alemão *absicht*), não é a mesma coisa que Intencionalidade (em alemão *Intentionalität*). Podemos dizer que a intensão (*absicht*) é o propósito, o objetivo, de se realizar algo, por exemplo: Lucas tem a intensão de ir ao cinema. Enquanto a Intencionalidade (*Intentionalität*), ou Intenção, é, como já dito antes, “aquela propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos para, ou acerca de, objetos e estados de coisas no mundo”¹³, para Searle, a intensão (*absicht*) é apenas uma das muitas formas de Intencionalidade.

Como podemos ver, o uso do termo Intencionalidade pode gerar confusões, e além desta possível confusão entre o estado de intensão e a Intencionalidade há também a possibilidade de confundir com as diferentes formas de pensar sobre este conceito. Mas o que queremos dizer com isso? Dependendo da perspectiva que se toma na filosofia a palavra Intencionalidade tem significados diferentes: Há a Intencionalidade-com-s e a Intencionalidade-com-c. E será disso o que trataremos a seguir: a diferença entre a Intencionalidade-com-c e a Intencionalidade-com-s, discorrida pelo pensador John R. Searle.

¹¹ AMARAL, Yuri. YALA E A TEIA DA EXISTÊNCIA. Foz do Iguaçu:[s.n], 2018. p.12.

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem.

2.1 INTENCIONALIDADE-COM-C E INTENCIONALIDADE-COM-S

Na filosofia podemos encontrar o conceito Intencionalidade nas áreas da mente e da linguagem. Talvez seja possível uma semelhança entre as duas, visto que para Searle a filosofia da linguagem é um ramo da filosofia da mente¹⁴. Entretanto, não é nosso trabalho adentrar nos possíveis problemas da filosofia da linguagem.

Aqui buscamos ser o mais nítidos possível, em relação a nossa pesquisa na filosofia da mente. Podemos entrar, por vezes, na área da filosofia da linguagem incidentalmente para poder compreender algumas ideias presentes em Searle. A diferença entre Intencionalidade-com-c e intencionalidade-com-s é um destes incidentes com o qual discorreremos, com o intuito de evidenciar as ideias a respeito da Intencionalidade.

Para o pensador norte-americano citado acima a Intenção-com-c é diferente da intensão-com-s: enquanto a primeira diz respeito a esta propriedade da mente (a Intencionalidade que buscamos discorrer neste trabalho), a segunda diz respeito a “uma propriedade de certa classe de sentenças, enunciados e outras entidades linguísticas”¹⁵. Seriam sentenças intencional-com-s “quando deixa de satisfazer certos testes de extencionalidade, tais como a substituibilidade de idênticos e a generalização existencial”¹⁶.

A sentença, por exemplo “Lucas acredita que Pennywise matou Georgie Denbrough” é intencional-com-s, pois há uma interpretação que pode ser usada, mas não podemos realizar uma generalização existencial a partir do que se segue após *acredita*, como também não permite a substituibilidade de expressões com a mesma referência. Dizer que “Lucas acredita que a Coisa matou o irmão de Bill Denbrough” não é o mesmo que dizer “Lucas acredita que Pennywise matou Georgie Denbrough”. Mesmo Bill sendo irmão de Georgie, e a Coisa sendo Pennywise, se substituíssemos as palavras que têm a mesma referência na primeira sentença não estaríamos falando da mesma coisa. A sentença diz respeito a uma representação da crença de Lucas, assim as condições de verdade do enunciado dependem das características da crença de Lucas, e não “das características dos objetos ou estados de coisas representados pela crença”¹⁷ de Lucas. As confusões se dão quando confundimos “as propriedades dos relatos e as propriedades das coisas relatadas”.¹⁸ A coisa relatada no exemplo é a crença de Lucas, e o relato seria

¹⁴ Cf. SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. XII

¹⁵ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 31.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ibidem. p. 32.

¹⁸ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 33.

Lucas acredita que “Pennywise matou Georgie Denbrough”.

Pensemos da seguinte forma: aqui estamos tratando de duas coisas diferentes enquanto investigamos uma sentença intencional-com-s e Intencional-com-c. No seguinte exemplo “Diego acredita que o gato esteja sobre o capacho”, temos as propriedades do relato de Diego, ou seja, toda a sentença depois de *acredita* é o relato da crença de Diego. Assim, ao analisarmos a sentença, podemos dizer que ela é intencional-com-s, pois a mesma não pode ser substituída por expressões com a mesma referência, tampouco podemos realizar uma generalização existencial. Este relato de Diego se trata de seu estado mental, a crença, e ela é desta forma expressada, não de outra forma.

Temos as propriedades da coisa relatada, aliás, que coisa foi relatada? No exemplo citado anteriormente, se trata da crença, este estado mental. Podemos buscar analisar este estado mental de Diego, ver qual é seu conteúdo, qual estado mental se trata, se ele é Intencional-com-c ou não, a que se direciona esse estado mental, se ela é satisfeita ou não. O relato de Diego sobre seu estado mental é intencional-com-s, mas e a coisa relatada? O seu estado mental em si, ele é intencional-com-s? Como estes conceitos se relacionam, ou seja, o Intencional-com-c e intencional-com-s?

A relação entre a Intencionalidade-com-c e a intencionalidade-com-s é que “algumas sentenças sobre a Intencionalidade-com-c são intencionais-com-s”. Relatar que “Lucas acredita que Pennywise matou Georgie Denbrough” é um relato intencional-com-s, pois ela é verdadeira se e somente se houver um único x tal que $x = \text{Pennywise}$, um único y tal que $y = \text{Georgie Denbrough}$, e x matou y . Já a sua crença em si é Intencional-com-c, pois é a crença *de* (um estado mental direcionado), no exemplo a crença é a crença de que no mundo Pennywise tenha matado Georgie Denbrough.

Há uma relação próxima entre a filosofia da linguagem (intencional-com-s) e a filosofia da mente (Intencional-com-c) em Searle, pois ele tem seus estudos na área da filosofia da linguagem e utiliza de alguns termos para a exposição de sua teoria da Intencionalidade. Trabalharemos sobre esta relação a seguir, buscando deixar evidente suas diferenças e o que é utilizado por Searle em sua filosofia da mente.

2.2 INTENCIONALIDADE E A FILOSOFIA DA LINGUAGEM

Quando discorremos anteriormente a respeito da diferença da Intencionalidade-com-c e a intencionalidade-com-s, acabamos entrando na área da filosofia

da linguagem. A filosofia da linguagem estará presente nas explicações de Searle sobre a Intencionalidade: primeiro que, para ele, a filosofia da linguagem é um ramo da filosofia da mente¹⁹, e em segundo por usar de sua obra “Teoria dos atos de fala” como forma didática para discorrer sobre a Intencionalidade e os estados Intencionais da mente²⁰.

A escolha da teoria dos atos de fala como meio didático para entender a Intencionalidade foi no mínimo conveniente, já que era o seu âmbito de estudo. Searle tem parte de suas obras e estudos dentro da filosofia da linguagem, e a teoria dos atos de fala é uma destas obras, apesar que John L. Austin já discorria sobre os atos de fala anteriormente. Devemos adentrar incidentemente (pouco se possível) na área da filosofia da linguagem, especificamente na teoria dos atos de fala, porém somente até onde puder nos ajudar no entendimento da Intencionalidade.

Buscar explicar a Intencionalidade em Searle, sem discorrer sobre a Teoria dos atos de fala, seria acreditar que todos temos acesso a estes conceitos com os quais o autor usa para desenvolver seu pensamento na filosofia da mente. Devido a esta necessidade de entender com mais facilidade a linguagem usada em suas explicações é que discorreremos a seguir sobre a Teoria dos atos de fala.

2.2.1 Teoria dos Atos de Fala

Pensemos na seguinte situação presente na obra “A Ilha”²¹, de Aldous Huxley, onde o personagem William Asquith Farnaby ouve de forma inesperada uma voz de um outro personagem, que diz – Atenção! – repetidamente por algum tempo, fazendo com que ele acorde e procure ajuda para o acidente sofrido no momento. O que procuramos de fato nesta situação não é o que Will deveria prestar atenção, mas sim compreender, dentro da filosofia de Searle, como essas rajadas acústicas (emitidas pelo outro personagem) faz com que Will acorde e procure ajuda. Como essa palavra, e talvez um outro enunciado, faria com que algo mudasse no mundo? Como o pedido de atenção fez com que o personagem acordasse de seu sono e procurasse ajuda? E é aqui que adentramos na teoria dos atos de fala.

Para Searle, estas “rajadas acústicas em uma situação de linguagem

¹⁹ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995 p. VII.

²⁰ Ibidem. p. 6.

²¹ Cf. HUXLEY, Aldous. A ILHA. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

normal” literalmente um ato de fala, o ato de emitir essas rajadas acústicas em uma situação de linguagem normal. Como o exemplo citado acima, o personagem desconhecido realiza um ato de fala, enquanto o Will Farnaby ouve e realiza ações no mundo.

A teoria dos atos de fala, assim como o conceito de Intencionalidade, não se inicia com Searle, foi o pensador John L. Austin (1911-1960) que discorreu sobre a teoria dos atos de fala dentro da perspectiva da pragmática na filosofia da linguagem. Esta perspectiva busca estudar a relação entre o significado das palavras, o contexto e os interlocutores, assim a noção de “significado literal de uma sentença só tem aplicação relativamente a um conjunto de suposições de base ou contextuais”²². Sobre o significado adentraremos em um outro momento, já no que se trata de atos de fala, a título preliminar dizemos que Austin busca realizar uma taxonomia dos enunciados e sentenças, ou seja, separa-os e classifica-os.

Pensemos inicialmente que a linguagem – língua também, mas não somente, pois há linguagens que não são necessariamente baseadas na audição, como a linguagem de sinais – é ato ou ação, assim aquilo que enunciamos também é uma ação ou um ato. Quando um policial ordena que o sujeito levante as mãos, isso faz com que mude algo no mundo, a saber, que o sujeito levante as mãos. Mas nem todo ato linguístico é igual, há atos diferentes, como quando dizemos que o gato está sobre o capacho, ou quando ordeno que abra a porta. Enquanto um diz sobre algo no mundo, o outro é uma ordem à alguém no mundo.

Austin separa os enunciados linguísticos em três grupos: atos locucionários, atos ilocucionários, e atos perlocucionários. O primeiro grupo apresenta a característica de haver algo a dizer, para que se expresse algo do falante ao ouvinte – ou surdos, no caso da linguagem de sinais –, assim muitos enunciados são locucionários. Talvez a maneira mais simples de se entender é pensar na seguinte forma: existe um locutor que expressa algo à um locutario (aquele que recebe a linguagem do locutor), e os muitos enunciados deste locutor são atos locucionários. Muitos de nós podemos ser locutores, assim muitos enunciados são atos locucionários.

Há alguns enunciados que, para além de ser locucionários, têm uma *força*, ou seja, diz alguma coisa sobre o locutor em relação a algo no mundo, que são chamados de atos de fala ilocucionários. Neste caso, podemos pensar no exemplo “Gustavo diz que acredita que o Estado é Racista”. Aqui vemos que o enunciado diz algo do Gustavo sobre algo no mundo; não temos valor de verdade em *Estado é Racista*, pois não se trata de uma

²² SEARLE. John. EXPRESSÃO E SIGNIFICADO. São Paulo: Martins Fontes, 2002 p. 18

afirmação sobre o Estado, mas sim de algo sobre Gustavo (a sua crença sobre algo no mundo), sendo esse um enunciado intensional-com-s. Esta sua crença de que o *Estado é Racista* é a força do enunciado, pois é aquilo com o que Gustavo diz acreditar, a força de seu ato de fala é aquilo com que diz respeito ao locutor em relação ao mundo. Logo, a crença de Gustavo é algo deste locutor sobre o mundo, sendo essa a força do enunciado ilocucionário.

Há também enunciados que causam algo no mundo, ou seja, que são causa ou efeito de algo no mundo, como quando alguém diz “Eu prometo fazer a faxina no banheiro”. Neste caso o ato é perlocucionário, ou seja, o enunciado (o ato de fala) causa ou é causado por algo no mundo; quando o locutor promete fazer algo ele expressa que causará um ato no mundo, que haverá efeitos no mundo, a ser: faxinar o banheiro. Ou quando o locutor diz “Eu peço desculpas por faltar no seu aniversário”, seu enunciado é o efeito de algo no mundo, a ser: não ter ido ao aniversário do locutario. A separação em grupos não necessariamente exclui a possibilidade de que alguns atos de fala sejam locucionários e ilocucionários ou perlocucionários, mas sim para distinguir as tipos dos atos de fala. De qualquer forma, vale ressaltar que existem pontos específicos de diferença entre estes três grupos: os atos que dizem algo ao locutario (locucionário), os atos que dizem algo que o locutor expressa sobre o mundo (ilocucionário) e os atos que realizam um efeito no locutario e no mundo (perlocucionário). Entretanto, como dito anteriormente, vale pensar que há atos de fala em que o locutor expressa algo sobre o mundo (ilocucionário), e este causa algum efeito no locutario (perlocucionário).

Searle discorre e desenvolve sua perspectiva dentro desta teoria dos atos de fala, ou seja, “bebe da mesma fonte”: o pragmatismo e os atos de fala. O autor adentra nos atos de fala ilocucionários, separando-os em cinco grupos: assertivos, diretivos, compromissivos, expressivos e declarativos. Austin também separa cinco categorias, mas ao invés dos atos ilocucionários, discorre sobre verbos ilocucionários ingleses: os vereditivos, os exercitivos, os compromissivos, os expositivos e os comportativos. Vale ressaltar as críticas que Searle expõe sobre a teoria dos atos de falas ilocucionários de Austin, sendo elas: (1) “há uma confusão persistente entre verbos e atos”²³, (2) “nem todos os verbos são verbos ilocucionários”²⁴, (3) “há sobreposição demais entre as categorias”²⁵, (4) “muitos verbos catalogados nas categorias não satisfazem a definição dada para a

²³ SEARLE, John. EXPRESSÃO E SIGNIFICADO. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 18.

²⁴ Ibidem.

²⁵ Ibidem.

categoria”²⁶, (5) “não há princípio consistente de classificação”²⁷. Diante dos problemas que Searle vê nos verbos ilocucionários, propõe sua perspectiva sobre os atos ilocucionários deixando os verbos ilocucionários de lado, sendo eles: “compreender o falante com o fato de ser o caso, com a verdade da proposição expressa”²⁸; “no fato de que são tentativas do falante de levar o ouvinte a fazer algo”²⁹; “os atos ilocucionários cujo propósito é comprometer o falante com alguma futura ação”³⁰; “expressar um estado psicológico”³¹; e “a realização bem-sucedida de um de seus membros produz a correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade”³², ou seja, atos de fala ilocucionários assertivos, diretivos, compromissivos, expressivos e declarativos.

Há ainda alguns termos que necessitamos ressaltar: direção de adequação palavra-mundo e mundo-palavra, condições de satisfação, conteúdos proposicionais, e força ilocucionária. Direção de adequação se dá quando o enunciado ou o mundo precisam estar adequados, ou seja, no caso do ato de fala ilocucionário assertivo a sua direção de adequação (ou ajuste) é palavra-mundo, onde a palavra (enunciado) deve se adequar ao mundo. Neste caso do ato de fala ilocucionário assertivo o enunciado deve se adequar ao mundo, já que se pretende enunciar algo sobre o mundo – verdadeiro ou falso –, por exemplo: Hoje estudei muito, em que o enunciado deve ser tal como o mundo, no caso se o locutor estudou ou não muito neste dia. A direção de adequação mundo-palavra está presente nos atos ilocucionários compromissivos e diretivos, como “Prometo te ligar quando chegar em casa”, ou “Fiquem para o jantar!” Nestes casos, se comprometer ou tentar fazer com que o locutario faça algo são atos com os quais o mundo deverá se adequar aos enunciados; deveria o locutor, então, realizar o que se comprometeu, e o locutario realizar o ato com o qual o locutor o pede para fazer. Já sobre o que se trata da condição de satisfação é aquilo com o qual se deve acontecer para que o enunciado seja satisfeito – verdadeiro –, ou seja, a condição de satisfação para o enunciado “Prometo te ligar quando chegar em casa” é que o locutor, quando chegar em casa, realmente ligue para o locutario. E no enunciado “Fiquem para o jantar!”. é que o locutario realmente fique para o jantar.

No que se trata dos conteúdos proposicionais e da força ilocucionária são simbolizados por *F* e (p), sendo *F* a força ilocucionária de um enunciado e (p) o conteúdo proposicional. Pensemos no seguinte exemplo: Eu acredito que o gato está sobre o

²⁶ SEARLE, John. EXPRESSÃO E SIGNIFICADO. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 18.

²⁷ Ibidem.

²⁸ Idem. EXPRESSÃO E SIGNIFICADO. São Paulo: Martins Fontes, 2002 p. 19

²⁹ Ibidem. p. 21

³⁰ Ibidem. p. 22

³¹ Ibidem. p. 23

³² Ibidem. p. 26

capacho, aqui temos a força ilocucionária F que é “eu acredito que”, e o conteúdo proposicional (p) sendo toda a crença “o gato está sobre o capacho”. Em suma podemos pensar da seguinte forma $F(p)$, onde para o mesmo exemplo ficaria: acredita (que o gato está sobre o capacho).

A teoria dos atos de fala discorrida pelo Searle é utilizada por ele mesmo como um modelo para a apresentação de sua teoria da Intencionalidade, mas, como dito, é um modelo, o que não significa que algumas propriedades de estados da mente sejam inteiramente linguísticas. Acreditar que esta teoria da Intencionalidade é inteiramente linguística é um erro que procuramos evitar.

2.3 INTENCIONALIDADE COMO REPRESENTAÇÃO: O MODELO DO ATO DE FALA

Será usado a teoria do ato de fala como um “instrumento heurístico para fins explicativos”³³, e isto não significa necessariamente que a Intencionalidade seja “essencial e necessariamente linguística”³⁴. Além de que, para Searle, parece “óbvio que recém-nascidos e muitos animais que, em sentido ordinário, não possuem uma linguagem nem realizam atos de fala apresentam, mesmo assim, estados intencionais”³⁵. Mas há Intencionalidade nos animais?

São duas razões pelas quais Searle atribui Intencionalidade a animais: primeiro pela base causal da Intencionalidade do animal ser bem parecida com a dos seres humanos³⁶, assim como os seres humanos, os animais também têm olhos, orelhas, pele, etc. Ou seja, a forma biológica dos animais coopera para a possível interpretação de que eles também têm Intencionalidade, mesmo, em sentido ordinário, que eles não possuam uma linguagem. Em segundo lugar, para ele, “não podemos dar um sentido ao seu comportamento de outro modo”³⁷, ou seja, ao notar a existência de uma relação entre o animal e seus comportamentos, concluímos que não há outro sentido para seu comportamento além da presença da Intencionalidade.

A Intencionalidade existe na mente dos seres humanos e dos animais para além da linguagem. Considerar que a Intencionalidade depende da linguagem, por haver

³³ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995 p. 7.

³⁴ Ibidem.

³⁵ Ibidem.

³⁶ Cf. SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995 p. 7.

³⁷ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995 p. 7.

termos de linguagem, e por usar a teoria do ato de fala para discorrer sobre a Intencionalidade, é um mal-entendido que, tanto Searle quanto nós, buscamos evitar. Ciente disto, adentremos em como a teoria dos atos de fala pode nos ajudar a entender a Intencionalidade.

O autor discorre sobre pelo menos quatro pontos de semelhança e de ligação entre a teoria dos atos de fala e a Intencionalidade³⁸, com o qual discorreremos a seguir em quatro pontos, sendo eles: Sobre as forças ilocucionárias e o modo psicológico; as direções de adequação; a condição de sinceridade; e as condições de satisfação.

Primeiramente, dentro dos atos de fala há uma distinção entre o conteúdo proposicional e a força ilocucionária. No exemplo “John ordena que você saia da sala”, o conteúdo proposicional é “que você saia da sala”, e a força ilocucionária é a ordem de John. Esta distinção se aplica também aos estados Intencionais, ou seja, entre o conteúdo representativo e o modo psicológico, como “John acredita que você saia da sala”, onde o conteúdo representativo é “que você saia da sala” e o modo psicológico é a crença de John.

Neste ponto, assim como podemos abreviar os atos de fala com $F(p)$, onde F é a força ilocucionária e (p) é o conteúdo proposicional, podemos também abreviar o modo psicológico e o conteúdo representativo, ou conteúdo Intencional, com $S(r)$, considerando o S como o modo psicológico e (r) como conteúdo representativo. Entre os estados linguísticos, há os que são realizados e os que não são realizados. Searle acredita que o mais adequado é restringir a expressão “conteúdo proposicional” para os estados linguisticamente realizados (falados, expressados), e “conteúdo representativo ou conteúdo Intencional para expressões mais gerais”³⁹. Assim podemos incluir que os estados Intencionais linguisticamente realizados são conteúdos proposicionais, e as expressões mais gerais são conteúdos Intencionais.

Ele trata em maior parte sobre “estados Intencionais que possuem conteúdos proposicionais completos”⁴⁰, por exemplo a crença e o desejo. Há estados Intencionais que não têm “uma proposição inteira como conteúdo Intencional”⁴¹, como a angústia e o nervosismo. Em outras palavras podemos dizer “acreditamos que choverá”, e a crença quando realizada linguisticamente é, necessariamente, seguida da representação da crença. Já a angústia e o nervosismo são expressões que, ao serem realizadas linguisticamente, nem sempre possuem um conteúdo representativo, diferente da crença. Para o autor, essa condição é mais forte para os “estados Intencionais que para os atos de

³⁸ Cf. SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995 p. 8

³⁹ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995 p. 9

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Ibidem.

fala, pois alguns (muitos poucos) atos de fala expressivos não têm qualquer conteúdo, como ‘Ai’, ‘Olá’, ‘Adeus’.”⁴².

Em uma das obras de Searle, “Expressão e Significado”, o pensador busca realizar uma taxonomia dos atos ilocucionários. Em outras palavras, ele pretendeu classificar o ato que o locutor realiza quando está em determinadas condições de comunicação. Não falamos do ato de realizar a sentença, mas sim de realizar sentenças em determinadas condições de comunicação, por exemplo: ordem, pedido, crença, desejo, voto, etc. Ele as classifica em alguns grupos, como os atos de fala da classe assertiva ou da classe diretiva, dentre outras. O autor descreve, para cada classe, que há uma determinada direção de adequação, também chamado de direção de ajuste (*direction of fit*), podendo ser palavra-mundo ou mundo-palavra.

Segundamente, as direções de adequação presente nos atos de fala são também transpostas para os estados Intencionais⁴³, mas o que são estas direções de adequação (*direction of fit*)? Pensemos nos atos de fala da classe compromissiva, sendo ela a classe onde o propósito dos atos ilocucionários “é comprometer o falante com alguma linha futura de ação”⁴⁴. Nesta classe a direção de ajuste é mundo-palavra, o que quer dizer que o mundo deve se adequar ao comprometimento. Damos o seguinte exemplo: Lucas prometeu à Ágata não tomar café amanhã cedo. Neste caso, se a promessa for quebrada, não será por estar errado o enunciado, e sim por, no mundo, a pessoa ter quebrado a promessa; não é necessariamente o mesmo que dizer que promessas e ordens, se não cumpridas, têm o mundo como “culpado”, mas sim deixar claro uma forma de interação entre a palavra e o mundo. Assim, neste exemplo, a palavra de Lucas, quando se compromete, busca mudar algo no mundo; logo a pessoa, ao realizar a promessa, mudará algo no mundo que partiu de uma sentença. Desta maneira, o mundo “deve se adequar à” palavra para que seja satisfeita tal sentença, tendo sua direção de adequação descrita como mundo-palavra.

Outra direção de ajuste é, por exemplo, a classe assertiva, que tem o propósito dos membros de “comprometer o falante com o fato de algo ser o caso, como verdade da proposição expressa”⁴⁵. A direção de ajuste aqui é palavra-mundo, ou seja, se a declaração é falsa, é ela que está em “falta”, e não o mundo. Como o seguinte exemplo: Lucas acredita que a missão *GAIA-ESA* da agência espacial europeia identificou na corrente de maré (*stellar streams*) GD1 alguns lugares sem estrelas, os nomeados por

⁴² SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995 p. 9

⁴³ Ibidem. p. 10.

⁴⁴ Idem. EXPRESSÃO E SIGNIFICADO. São Paulo: Martins Fontes, 2002 p. 22

⁴⁵ SEARLE. John. EXPRESSÃO E SIGNIFICADO. São Paulo: Martins Fontes, 2002 p. 19

Gaps. Esta apresentação de algo no mundo, se falsa, é por erro na sentença e não por uma desobediência de alguma ordem ou por uma quebra de promessas. Assim a palavra se adequa ao mundo, e por isso a direção de ajuste se dá por palavra-mundo. Até aqui nós discorreremos brevemente sobre a direção de ajuste dentro da teoria dos atos de fala, mas como Searle transpõe ela para a Intencionalidade? Neste caso, a ideia passa a ser que ao invés de ser uma direção de ajuste palavra-mundo e mundo-palavra, se trata de uma direção de ajuste mente-mundo e mundo-mente. São semelhantes, mas no caso da Intencionalidade a direção de ajuste não se basta somente a casos realizados linguisticamente.

Se pensarmos nos exemplos citados para cada direção de ajuste, dentro da teoria da Intencionalidade de Searle, teríamos: no primeiro, o estado mental de comprometimento – promessa – tem seu conteúdo Intencional, que é não tomar café da manhã, e só será satisfeito se e somente se Lucas realizar este ato no mundo. Não é o estado mental de Lucas que erra ao satisfazer suas condições de satisfação, mas sim o Lucas no mundo em suas ações, ou seja, mundo-mente. Já no segundo, a crença de Lucas, para ser satisfeita, depende de que ela esteja de acordo com o mundo, que esse acontecimento seja como é no mundo, sendo sua direção mente-mundo, a mente que se adequa ao evento, do mundo.

Terceiramente, há uma ligação entre os estados Intencionais e os atos de fala: a condição de sinceridade dos atos de fala. Em Searle, “na realização de um ato ilocucionário com um conteúdo proposicional, expressamos um certo estado intencional”⁴⁶, e este estado intencional “é a condição de sinceridade desse tipo de ato de fala”⁴⁷. Se, por exemplo, Searle faz o enunciado de que chove, ele expressa uma crença de que chove, o mesmo vale para “se prometo fazer A, expresso uma intensão de fazer A”⁴⁸, ou “se me desculpo por ter feito algo, expresso pesar por ter feito tal coisa”⁴⁹, dentre outros. Assim, ao realizar um ato ilocucionário, se expressa um estado Intencional, que é a condição de sinceridade do ato de fala; seria estranho, então, enunciar que chove, mas não se acredita que está chovendo. Mas por que seria estranho?

Seria complicado trabalhar a respeito do ato de fala ilocucionário e o estado Intencional quando todos eles não são correspondentes em nenhuma das vezes. Ou seja, dizer que se deseja boas-vindas, mas o estado Intencional não é de desejo de boas-vindas, ou enunciar que se promete fazer um bolo de chocolate, mas o estado Intencional não é da

⁴⁶ Idem. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995 p. 12

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ Ibidem.

intensão de se fazer o bolo de chocolate. A “realização do ato de fala é o *eo ipso* uma expressão do estado Intencional correspondente”⁵⁰; seria logicamente estranho a falta de correspondência entre o estado Intencional e a realização do ato de fala na qual este estado Intencional é expresso.

Searle não nega que sempre é possível mentir ou realizar um ato de fala insincero, até porque “dizer que o estado Intencional que constitui a condição de sinceridade é expresso na realização do ato de fala não quer dizer que se deva sempre ter o estado Intencional que se expressa”⁵¹. Assim, quando se realiza um ato de fala insincero ou se mente se realiza um ato de fala que expressa um estado Intencional, quando, na verdade, não se tem o estado Intencional que se expressa. A condição de sinceridade ou o estado Intencional expresso no ato de fala ilocucionário tem um *encadeamento* com os atos de fala ilocucionários, é isso que Searle busca apresentar neste terceiro ponto, esta ligação entre o ato ilocucionário e o estado Intencional que é a condição de sinceridade.

E por quarto e último, para compreender melhor, pensemos um pouco sobre um personagem, que quando mais novo, Lucas gostava muito de andar descalço pela casa onde morava; sua mãe, que acreditava fielmente de que andar descalço poderia fazer mal a saúde, vivia dizendo para ele: Lucas! Eu quero que você coloque seu chinelo! Seria estranho se sua mãe não acreditasse nisto e pedisse para que usasse os chinelos, mas não seria impossível ou improvável que sua mãe possa estar mentindo ou dizendo que acredita em algo que não acredita. De qualquer forma Lucas foi uma criança desobediente, e os pedidos de sua mãe, baseados em suas crenças dificilmente, foram atendidos. É com este exemplo que adentramos nas condições de satisfação ou condições de sucesso, entretanto o que o exemplo tem a ver com as condições de satisfação?

A condição de satisfação ou condição de sucesso está presente em casos nos quais o ato de fala tem uma direção de ajuste, pois a direção de ajuste apresenta uma necessidade de *mudança* para satisfazer o ato de fala e o estado Intencional, seja na palavra (ato de fala) e mente (estado Intencional), seja no mundo. Quando a mãe de Lucas, neste ato de fala, faz o enunciado do seu querer em forma de uma ordem, ela espera que seja obedecida, ou seja, que Lucas realize sua ordem. Assim, se Lucas obedecer a ordem de sua mãe, que é colocar o chinelo, o ato de fala de sua mãe e seu estado Intencional, considerando sua sinceridade, será satisfeito. Como podemos notar, o ato de fala e o estado Intencional nos casos que tiver direções de ajuste terão também uma condição satisfação.

⁵⁰ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995 p. 13

⁵¹ Ibidem.

É importante esclarecer que “o ato de fala será satisfeito se, e somente se, o estado psicológico expresso for satisfeito e forem idênticas as condições de satisfação do ato de fala e do estado psicológico expresso”⁵². Dessa forma a ordem será obedecida se, e somente se, for um ato de fala sincero com seu estado Intencional, (ou estado psicológico) e o desejo for realizado (o que no caso do exemplo é de que Lucas tenha colocado o chinelo), por isso que o que torna a ordem da mãe de Lucas a ordem que é, é que exista coisas que o satisfaça e outras que não o satisfaça.

Em suma, os atos de fala e os estados Intencionais com direção de ajuste têm sua condição de satisfação, atribuindo um sucesso ou um fracasso para o estado Intencional. Mas há mais uma semelhança entre os atos de fala e os estados Intencionais, pois eles *representam* coisas e estados de coisas no mundo da mesma forma, mas o que quer dizer isto? O que Searle quer dizer com “representação”? Trataremos a seguir sobre estas questões.

2.3.1 A Representação

A relação que se dá entre a Intencionalidade e os atos de fala, inicialmente, é que os “estados intencionais representam objetos e estados de coisas no mesmo sentido de ‘representar’ em que os atos de fala representam objetos e estados de coisas”⁵³. Em outras palavras, o ato de fala “Helena tem medo de ser assaltada” e o estado intencional do *medo de ser assaltada*, desta sentença, representa da mesma forma o estado e objeto de coisas no mundo.

O importante a se ressaltar neste momento é como o conceito “representação” é utilizado por Searle na relação entre atos de fala e Intencionalidade. Vale ressaltar que esta noção é descrita na obra “Intencionalidade”⁵⁴ de uma forma específica.

Searle discorre que a *representação* é “inteiramente esgotado por sua analogia com os atos de fala”⁵⁵. Sendo que a crença representa suas condições de satisfação do mesmo sentido que o um enunciado representa suas condições de satisfação. Para o exemplo “Ramon acredita que a Terra é plana”, podemos notar que a crença de Ramon representa que a Terra é plana, ou seja, suas condições de satisfação são que a

⁵² SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995 p. 14. – Itálico do autor.

⁵³ Ibidem p. 6.

⁵⁴ Cf. SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995

⁵⁵ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p.18

Terra seja plana, do mesmo sentido que o enunciado “Ramon acredita que a Terra é plana” representa suas condições de satisfação, que é que a Terra seja plana.

Buscando ser mais claro, o autor discorre que o emprego do termo “representação” tanto “na filosofia tradicional quanto de seu emprego na psicologia cognitiva e na inteligência artificial contemporâneas”⁵⁶ não é o que ele quer dizer na sua teoria da Intencionalidade. Na verdade “poderíamos, em princípio, dispensar totalmente os termos ‘representação’ e ‘representar’”⁵⁷, já que seu uso “trata-se apenas de uma abreviação para essa constelação de noções lógicas tomadas de empréstimo da teoria dos atos de fala”⁵⁸. Apesar disto, para ele, representação é “definida por seu conteúdo e seu modo, não por sua estrutura formal”⁵⁹, ou seja, que representação é definida pelo conteúdo representado e o modo com o qual foi representado, e não por uma estrutura formal, como uma estrutura sintática de uma sentença.

2.4 A INTENCIONALIDADE DA PERCEPÇÃO: APRESENTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

É evidente que as produções cinematográficas podem nos proporcionar várias experiências perceptivas. A cor, o enquadramento, a trilha musical, a iluminação, a atuação, a montagem de planos, há um conjunto de fatores que nos faz ter experiências perceptivas diferentes. Para além das produções audiovisuais, estas experiências são sempre experiências perceptivas *de* algo, e como podemos notar, retornamos ao “indicador” de Intencionalidade: *de algo*. O que Searle propõe é que as experiências perceptivas sejam Intencionais.

Em sua argumentação, as experiências perceptivas também têm, como as crenças e os desejos, suas condições de satisfação *de* algo. Para o autor não é possível separar a “experiência visual do fato de que ela constitui uma experiência de uma caminhonete amarela mais do que me é possível separar essa crença do fato de que é uma crença de que está chovendo”⁶⁰, assim as condições de satisfação da experiência perceptiva é o seu próprio conteúdo com o qual ela faz referência. Para que seja satisfeita, as coisas no mundo devem ser tal como é na experiência perceptiva. Se vemos um gato

⁵⁶ Ibidem. p.16

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Ibidem. p.17

⁶⁰ Cf. SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 56

sobre o capacho: há um objeto no mundo que produz tal efeito, que nos possibilita ver esse objeto, e que causa a experiência perceptiva de ver o gato sobre o capacho, tendo, esta experiência, a condição de satisfação de que haja um gato sobre o capacho.

Vale ressaltar que as experiências perceptivas não são somente experiências *de*, mas antes disto são “sempre de *que* determinada coisa se verifica”⁶¹, assim, a experiência perceptiva “requer a existência de todo um estado de coisas para ser satisfeito”⁶². Se Bruce vê um morcego, a experiência visual de Bruce deve requerer a existência do morcego no mundo da forma como a experiência visual dele exige. Além do caráter de *que*, também se verifica nas experiências perceptivas que há uma “espécie de direcionalidade, imediatismo e involuntariedade, que não é partilhada por uma crença que eu possa ter acerca do objeto na ausência deste”⁶³, e por isto descrever as experiências perceptivas como representações não se aparenta tão problemático para ele, mas dado a esta característica especial das experiências perceptivas. Searle propõe o nome de “Apresentações”, não se limitando a representações de estados de coisas percebidas, mas também quando satisfeita “faculta-nos um acesso direto a este e, nesse sentido, é uma apresentação de tal estado de coisas”⁶⁴.

Imaginemos o seguinte exemplo: estava em minha casa, quando, sem notar, meu companheiro de quarto colocou uma substância alucinógena em minha bebida, e comecei a ver as paredes se mexerem. Neste exemplo o locutor é drogado e suas experiências perceptivas têm suas condições de satisfação, porém não há objeto à que se é representado nesta experiência. Aqui as condições de satisfação da experiência perceptiva do locutor não foram satisfeitas, já que, para Searle, a experiência perceptiva é um acontecimento mental⁶⁵, ou seja, por estar sob o efeito de drogas, não há objeto no mundo para satisfazer esta experiência.

Uma das outras coisas semelhantes entre as experiências perceptivas e os estados Intencionais é que há uma direção de ajuste para as condições de satisfação da experiência perceptiva, já que a experiência visual deve estar de acordo com as coisas no mundo (mente-mundo). Para além disto, há também, dentro de diferentes estados Intencionais, uma direção de causação determinada pelo conteúdo Intencional, ou seja, há uma direção de causação nas experiências perceptivas que, segundo o conteúdo desta experiência, deva ser do mundo-mente, por ser causada por algo no mundo.

⁶¹ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 58

⁶² Ibidem. p. 58

⁶³ Cf. SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 65

⁶⁴ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 65

⁶⁵ Ibidem. p. 57

Uma diferença entre as experiências perceptivas e os estados Intencionais é que a experiência perceptiva (visual, por exemplo) é auto-referente, no sentido “que figura em suas próprias condições de satisfação”⁶⁶, ou seja, que *mostra* suas condições de satisfação se referindo a elas mesmas, são causadas e referenciadas a elas mesmas. No exemplo “Eduardo vê Jesus” o objeto e estado de coisas no mundo (Jesus) afeta as percepções visuais de Eduardo, tendo, este, uma experiência perceptiva de ver Jesus. Esta experiência perceptiva visual é auto-referente, pois ela foi apresentada, e suas condições de satisfação fazem referência a elas mesmas (ver Jesus). Os estados Intencionais não são auto-referentes, já que representam objetos e estados de coisas no mundo.

Na tentativa de resumir a explicação da Intencionalidade da percepção, Searle apresenta um quadro comparativo das características presentes na obra “Intencionalidade”⁶⁷. Aqui vemos um exemplo de uma percepção (a visão), de uma lembrança, por se aproximar de algumas características da percepção visual (tal como ver, lembrar é auto-referente), e de uma crença e um desejo como exemplos de estados Intencionais. Seguindo suas respectivas características: a natureza do componente Intencional, a apresentação ou representação, a causação auto-referente, a direção de ajuste, e a direção de causação tal como determinada pelo conteúdo Intencional.

⁶⁶ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995 p. 69.

⁶⁷ Cf. SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 75

Tabela 1 – Uma comparação entre algumas das características formais da Intencionalidade de ver, crer, desejar e lembrar

	Ver	Crer	Desejar	Lembrar
Natureza do componente Intencional	Experiência visual	Crença	Desejo	Memória
Apresentação ou representação	Apresentação	Representação	Representação	Representação
Causação auto-referente	Sim	Não	Não	Sim
Direção de ajuste	Mente-mundo	Mente-mundo	Mundo-mente	Mente-mundo
Direção de causação tal como determinada pelo conteúdo Intencional	Mundo-mente	Nenhuma	Nenhuma	Mundo-mente

Tabela retirada da obra “Intencionalidade” de John Searle (1995, p. 75)

É notável a presença de uma perceptiva, no que se trata das percepções, de um *realismo ingênuo*⁶⁸ em Searle (ou seja, direto, de senso comum, envolvendo três elementos comuns: o percipiente - aquele que percebe -, a experiência perceptiva, e o objeto no mundo que cause experiência perceptiva), e a negação de duas correntes da filosofia da percepção: fenomenalismo e teoria representativa. Elas se diferem por tratarem a experiência perceptiva como objeto de percepção⁶⁹, o que leva a uma privação da sua Intencionalidade. Em outras palavras, considerar como objeto de percepção a experiência perceptiva é dizer que a mente está se *direccionando* para si mesma (a mente tem experiências perceptivas da experiência perceptiva). Aqui nós encontramos duas saídas: ou aceitamos que uma das consecutivas experiências perceptivas derivadas de si está sendo experiência perceptiva de algo na realidade, ou que elas derivam umas das outras infinitamente. Talvez a saída, não encontrada por nós, possa ser nos perguntar qual a relação entre a experiência perceptiva e o objeto material para aqueles que defendem as teorias fenomenalistas e representativa.

Se as coisas são apresentadas para nós, e há um processo Intencional a

⁶⁸ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 81

⁶⁹ Ibidem. p. 82

respeito da representação e aparição das experiências perceptivas, haveria também um processo causal na Intencionalidade? Aliás, se temos a intenção de chutar uma bola ou fazer uma ordem, nós estaríamos fazendo com que algo aconteça no mundo? Qual é essa relação entre a intenção, a ação e esses eventos causais? É o que veremos nos seguintes tópicos.

2.5 INTENÇÃO E AÇÃO

O objetivo deste capítulo é apresentar a perspectiva de Searle na relação entre a intenção (um estado Intencional, como: desejar fazer algo, querer fazer algo) e as ações, pois, assim como nossa crença “é satisfeita, se e somente se, o estado de coisas representado pelo conteúdo da crença de fato se verificar”⁷⁰, o estado Intencional da intenção é “satisfeita, se e somente se, a *ação* representada pelo conteúdo da intenção de fato vier a ser realizada”⁷¹.

Uma fórmula para pensar a relação da intenção e ação é que: “uma ação intencional equivale simplesmente às condições de satisfação de uma intenção”⁷², desta maneira “tudo quanto pode constituir a satisfação de uma intenção pode ser uma ação intencional”⁷³. Assim, por exemplo: derrubar *patacones*⁷⁴ no chão não costuma ser a condição de satisfação de uma intenção, pois as pessoas normalmente não derrubariam *patacones* no chão “intencionalmente; mas algo assim pode ser uma ação intencional, pois pode ser a condição de satisfação de uma intenção”⁷⁵.

Searle também realiza a distinção entre “as intenções que são formadas antes das ações e as que não são”⁷⁶, ou seja, as intenções de “realizar a ação antes da realização da ação em si”⁷⁷ e a intenção que está na *ação* (ação intencional). Pensando na forma linguística, para uma intenção prévia (intenções formadas antes das ações) é “Farei A” ou “Vou fazer A”, mas “a forma característica da expressão de uma intenção na ação é”⁷⁸ “Estou fazendo A”, assim, agir sempre tem uma intenção. Mesmos em casos de engano *não há ação sem intenção*, como: Édipo casou com Jocasta intencionalmente, mas não era sua intenção casar com sua mãe. Mesmo não sendo a intenção de Édipo casar com sua

⁷⁰ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 112

⁷¹ Ibidem.

⁷² Ibidem. p. 113

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ Prato gastronômico: Banana verde fritas

⁷⁵ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 113

⁷⁶ Ibidem. p. 118.

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ Ibidem.

mãe (ação não-intencional), este acontecimento só existiu devido à intenção de Édipo de casar-se com Jocasta. Há casos também em que “embora um evento representativo no conteúdo da minha intenção ocorra, não se trata necessariamente da satisfação”⁷⁹ da intenção, citando o exemplo dado por Searle de um sujeito que tem a intenção de matar seu tio: “Suponhamos que ele esteja dirigindo e pensando em como vai matar o tio, e suponhamos que sua intenção de matá-lo o deixe tão nervoso que ele, acidentalmente, atropela e mata um pedestre, que casualmente é o tio”⁸⁰. Podemos notar no exemplo citado que, embora o conteúdo representativo da intenção tenha acontecido, o sujeito não teve sua intenção satisfeita, ou seja, “é correto dizer que ele matou o tio e é correto dizer que sua intenção de matar foi (parte da) causa de ter matado, mas não é correto dizer que ele levou a cabo sua intenção de matar o tio”⁸¹, muito menos que “sua intenção foi satisfeita, pois ele não matou *intencionalmente* o tio”⁸². Pois a sua intenção prévia era a de matar o tio *intencionalmente*, que não foi satisfeita, e sua ação intencional foi de matar o tio acidentalmente.

A Intencionalidade da percepção tem determinadas características semelhantes com a Intencionalidade da ação intencional, com o qual discorreremos a seguir em quatro pontos.

Primeiramente, a direção de causação. Enquanto a primeira é causada pelo mundo-mente, ou seja, algo no mundo causa a percepção que causa a experiência perceptiva, a segunda tem sua direção de causação mente-mundo, onde há sempre uma intenção para que aconteça uma ação, seja uma intenção prévia ou uma intenção na ação (da mente para o mundo).

Segundamente, a Intencionalidade da percepção e a Intencionalidade da ação intencional são auto-referentes, como no exemplo de Searle⁸³, se “Ordenarmos que saiam da sala”, a ordem se refere a que saiam da sala e também que saiam em obediência a *essa ordem*. Logo, a intenção prévia de que saiam da sala, enunciada como ordem (uma ação intencional), pede que a ação seja realizada em referência à ela mesma: a ordem em referência à ela mesma, que é aquilo que ela deve causar, ficando da seguinte maneira: “Ordenamos-lhe (que saiam da sala em obediência a essa ordem)”⁸⁴ – S(r).

Terceiramente, assim como a Intencionalidade da percepção, a

⁷⁹ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 116

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Ibidem.

⁸² Ibidem.

⁸³ Ibidem. p. 121.

⁸⁴ Ibidem. p. 122.

Intencionalidade da ação intencional também tem sua experiência intencional. A primeira tem, para sua percepção visual, a sua experiência visual; já a segunda, para sua ação intencional, tem a experiência de agir. O argumento em defesa da existência da experiência de agir é, diga-se de passagem, simples: do mesmo modo que podemos dizer que vemos uma mesa, ao extrairmos a mesa, restará a experiência visual da mesa; ao dizer que erguemos o braço, ao extrairmos erguer o braço, restará a experiência de agir de erguer o braço. Em outras palavras, eles envolvem “dois componentes correlatos”⁸⁵, um componente Intencional (a experiência visual, ou experiência de agir) e as condições de satisfação desse componente (a presença e as características da mesa, ou a experiência do braço).

Pensemos no exemplo que Searle reproduz de William James, na sua obra “Intencionalidade”, no intuito de reforçar o argumento da existência da experiência de agir:

“[...] em que se ordena a um paciente com o braço anestesiado que o erga. Os olhos do paciente estão vendados e, sem que ele o saiba, seu braço está preso para impedir que se mova. Ao abrir os olhos, ele fica surpreso ao descobrir que não ergueu o braço”. (p. 125)

O sujeito do exemplo, o paciente, tem sua experiência de agir (que é erguer o braço) “e tal experiência teve claramente uma Intencionalidade; pode-se dizer sobre o paciente que sua experiência foi *tentar*, mas sem *conseguir*, erguer o braço”⁸⁶. Já as “condições de satisfação são determinadas pela experiência; ele sabe o que está tentando fazer e fica surpreso ao descobrir que não conseguiu”⁸⁷. Esse caso pode ser análogo ao da alucinação da percepção: “o componente Intencional ocorre na ausência das condições de satisfação”⁸⁸.

E por quarto e último, a direção de ajuste da Intencionalidade da ação intencional é, diga-se de passagem, oposta à direção de ajuste da Intencionalidade da percepção. Enquanto a primeira é mundo-mente, ou seja, algo no mundo deve estar de acordo com as condições de satisfação da experiência de agir⁸⁹. Se não for realizado as condições de satisfação da ação intencional (e da experiência de agir), é algo no mundo que fez com que não se satisfaça essa intenção. Já a segunda, a Intencionalidade da percepção, tem sua direção de ajuste mente-mundo; se as condições de satisfação da percepção visual (e a experiência visual) não forem satisfeitas é algo em nossa mente que

⁸⁵ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 123.

⁸⁶ Ibidem. p. 125.

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ Ibidem. p. 124.

está em falta, talvez pelo uso de alucinógenos. Nossa experiência visual se ajusta ao mundo, assim como o mundo (as ações do locutor) se ajusta às experiências de agir.

Notando semelhanças e diferenças entre a Intencionalidade da ação intencional e a Intencionalidade da percepção, decidimos apresentar o seguinte quadro de paralelo entre a Intencionalidade da percepção visual e a Intencionalidade da ação intencional, da obra “Intencionalidade” de John Searle⁹⁰:

Tabela 2 – Um parêntese entre a Intencionalidade da percepção visual e a Intencionalidade da ação intencional

	Percepção visual	Ação intencional
Componente Intencional	Experiência visual	Experiência de agir
Condições de satisfação do componente Intencional	Que haja objetos, estados de coisas etc., com certas características e certas relações causais com a experiência visual	Que haja certos movimentos corporais, estados etc., do agente e que estes tenham certas relações causais com a experiência de agir
Direção de ajuste	Mente-mundo	Mundo-mente
Direção de causação	Mundo-mente (ou seja, a presença de características do objeto causa a experiência)	Mente-mundo (ou seja, a experiência causa os movimentos)
Características correspondentes do mundo	Objetos e estados de coisas	Movimentos e estados do agente

Tabela retirada da obra “Intencionalidade” de John Searle (1995, p. 127)

A que podemos ver as características de cada Intencionalidade, desde suas condições de satisfação à características correspondentes do mundo, ou seja, aquilo com o qual se refere ao mundo; seja objetos e estados de coisas (por exemplo: bananas, gelo ou gritos) ou movimentos e estados do agente (por exemplo: erguer o braço ou ordenar).

Até o momento há três afirmações expostas por Searle: (1) “Há uma distinção entre as intenções prévias e as intenções em ação”⁹¹; (2) “que ambas são causalmente auto-referentes”⁹²; (3) “que a ação, por exemplo, de erguer o braço contém dois componentes, a experiência de agir (que tem uma forma de Intencionalidade ao

⁹⁰ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 127.

⁹¹ Ibidem.

⁹² Ibidem. p. 128

mesmo tempo presentacional e causal) e o evento do braço a erguer-se”⁹³. Com isso, o autor realiza a relação entre intenções prévias intenção em ação e ações. Enquanto, de um lado, a intenção prévia (que faz referência a uma ação completa) do outro temos a ação, que apresenta o movimento físico. Entretanto, como já vimos, a ação obtém dois componentes: a experiência de agir e a intenção em ação, pois não existe ação sem intenção. A intenção em ação e o conteúdo Intencional da experiência de agir são idênticos, por exemplo “Erguer o braço”, em que o movimento corporal seria o conteúdo Intencional e a Intenção em ação.

A intenção em ação *apresenta* o movimento físico como sua condição de satisfação, enquanto a intenção prévia *representa* a ação completa, podendo ser expresso da seguinte forma: intenção prévia causa (ação, que é intenção em ação que causa movimento corporal). Neste caso, o movimento corporal é o conteúdo Intencional da experiência de agir. Em suma, a relação formal entre a experiência visual da flor e a flor é *espelho* das relações formais entre intenção prévia, intenção em ação e o movimento corporal⁹⁴, ou a “*grosso modo*, a intenção prévia de erguer o braço está para a ação de erguer o braço assim como a lembrança de ver uma flor está para a visão de ver uma flor”⁹⁵. Para compreender melhor a relação de intenção prévia e a ação intencional (intenção em ação e experiência de agir), reproduzimos o quadro de relações que Searle apresenta em sua obra “Intencionalidade”: tendo também como exemplo para comparação a Intencionalidade da percepção visual e a lembrança.

Tabela 3 – Uma comparação das formas de Intencionalidade envolvidas em, por um lado, ver uma flor e lembrar-se de uma flor e, por outro, ter a intenção (prévia) de erguer o braço e erguer o braço

	Percepção visual	Lembrança	Ação intencional	Intenção prévia
Como é o relato	Vejo a flor	Lembro-me de ver a flor	Estou erguendo o braço	Tenciono erguer o braço
Natureza do componente Intencional	Experiência visual	Lembrança	Intenção de ação (= experiência de agir)	Intenção prévia
Apresentação ou	Apresentação	Representação	Apresentação	Representação

⁹³ Ibidem. – Nesta citação há o termo *presentacional*: isto diz respeito à Apresentação nas experiências perceptivas visuais.

⁹⁴ Cf. SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 132.

⁹⁵ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 132

representação				
Condições de Satisfação do componente Intencional	Que haja um <i>estado de coisas</i> em que a flor está presente e que esse estado de coisas cause essa <i>experiência visual</i>	Que haja um <i>evento</i> de ver a flor com dois componentes, o <i>estado de coisas</i> em que a flor está presente e a <i>experiência visual</i> , e que o <i>evento</i> cause essa lembrança	Que haja um <i>evento</i> do braço a erguer-se e que essa intenção em ação cause tal <i>evento</i>	Que haja uma <i>ação</i> de erguer o braço com dois componentes, o <i>evento</i> do braço a erguer-se e a <i>intenção em</i> , e que tal <i>intenção prévia</i> cause a ação.
Direção de ajuste	Mente-mundo	Mente-mundo	Mundo-mente	Mundo-mente
Direção de causação	Mundo-mente	Mundo-mente	Mente-mundo	Mente-mundo
Natureza da auto-referência do componente Intencional	Como parte das condições de satisfação da experiência visual, deve ser causada pelo resto de suas próprias condições de satisfação	Como parte das condições de satisfação da lembrança, deve ser causada pelo resto de suas próprias condições de satisfação	Como parte das condições de satisfação da intenção em ação, deve causar o resto de suas próprias condições de satisfação	Como parte das condições da intenção prévia, deve causar o resto de suas próprias condições
Objetos e eventos correspondentes no mundo (objetos Intencionais)	Flor	Flor Evento de ver a flor	Movimento do braço	Movimento do braço Ação de erguer o braço

Continuação.

Tabela retirada da obra Intencionalidade de John Searle (1995, p. 134)

Com o quadro podemos notar a semelhança da direção de causação da ação intencional e da intenção prévia, sendo elas mente-mundo, pois a ação intencional e a intenção prévia na mente têm como suas condições de satisfação uma ação no mundo. Temos que pensar a respeito de como a causalidade adentra a teoria da Intencionalidade de Searle, ou seja, como seria a naturalização da Intencionalidade. Discorreremos a respeito no tópico seguinte.

2.6 CAUSAÇÃO INTENCIONAL

Um dos objetivos deste tópico é “Intencionalizar a causalidade”, onde para Searle, a causalidade é “geralmente considerada uma relação natural entre eventos no mundo”⁹⁶. Mas por que o autor busca relacionar a causalidade com a Intencionalidade? De que importa, para nós, saber como opera a cadeia causal da ação e percepção Intencional, se conseguimos uma certa experiência visual (experiência perceptiva) ou movimento corporal (experiência de agir)? Não seria diferente, se não acreditar que o pensador busca fazer com que a sua teoria da Intencionalidade funcione “com suficiente regularidade e constância para enquadrar-se nos nossos planos e expectativas gerais”⁹⁷, ou seja, que funcione de “maneira certa”⁹⁸

Imaginemos o seguinte exemplo: John estava saindo de sua casa quando, repentinamente, uma capivara esbarra em suas pernas, fazendo com que ele caia na sarjeta. Temos aqui um exemplo de evento causal, pois se perguntássemos qual é a causa do efeito de John ter caído na sarjeta, responderíamos que é o fato do animal (capivara) ter esbarrado em suas pernas. Assim como também, John provavelmente saberia que é um evento causal por sentir um empurrão (experiência perceptiva) para a sarjeta, e por ter visto a capivara fazendo-o isso (experiência perceptiva visual). Nota-se aqui a existência de uma forma de Intencionalidade neste evento causal, para Searle, estes casos de haver uma forma de Intencionalidade nos eventos causais é chamado de “Causação Intencional”.

Nos casos chamados de *Causação Intencional* podemos notar a presença de Intencionalidade em eventos causais, mas qual a relação entre elas? De que forma é esta “Causação Intencional”? Para Searle, no que se trata de casos simples de percepção e de ação é a seguinte forma:

“A estrutura formal do fenômeno da causação Intencional para os casos simples de percepção e de ação é a seguinte: há, em cada caso, um estado ou evento Intencional auto-referente e a forma da auto-referencia (no caso da ação) é que seja parte do conteúdo do estado ou evento Intencional que suas condições de satisfação (no sentido de requisito) requeiram que causa o restante de suas condições de satisfação (no sentido de coisa requerida), ou (no caso da percepção)

⁹⁶ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 155

⁹⁷ Ibidem. p. 193

⁹⁸ No texto Searle é mencionado que “maneira certa” é no sentido de que o “conteúdo intencional deve ser um aspecto causalmente relevante e deve exemplificar uma regularidade planejável”. Cf. SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 193

que o restante de suas condições de satisfação cause o próprio estado ou evento.”

INTENCIONALIDADE, John Searle (p.168)

Nesta forma, em cada caso, a causa e efeito estão “relacionados enquanto apresentação Intencional e condição de satisfação”⁹⁹, onde a ação Intencional e a percepção visual têm sua apresentação e condição de satisfação auto-referentes (ou seja, parte das condições de satisfação deve causar o resto de suas próprias condições de satisfação¹⁰⁰), “mas nem todos os casos de causação Intencional envolvem conteúdos Intencionais auto-referentes”¹⁰¹, como o exemplo dado pelo Searle: “Um desejo de realizar uma ação pode causar uma ação, mesmo que não faça parte do conteúdo Intencional do desejo que este deva causar a ação”¹⁰², podendo sintetizar da seguinte maneira: que em cada caso de *Causação Intencional* há pelo menos um *estado ou evento Intencional* que *causa_ou é causado* por *suas condições de satisfação*. Sendo mais preciso, se *x* causa *y*, então *x* e *y* estão em uma relação de causação Intencional se e somente se: (1) Ou *x* é um estado ou evento Intencional e *y* é as condições de satisfação de *x* (ou faz parte delas). (2) Ou *y* é um estado ou evento Intencional e *x* é as condições de satisfação de *y* (ou faz parte delas). Para (1) será somente se, o conteúdo Intencional de *x* é um aspecto causante pertinente sob o qual ele causa *y*. E para (2) será somente se, o conteúdo Intencional de *y* é um aspecto causante relevante sob o qual ele é causado por *x*.¹⁰³

Searle discorre que, para a *Causação Intencional*, o significado de causa seria a simples “noção de fazer alguma coisa acontecer”¹⁰⁴, pois a particularidade da *Causação Intencional* é que “experimentamos diretamente essa relação em muitos casos em que determinamos a ocorrência de algo ou que outra coisa determina que algo nos ocorra”¹⁰⁵, ou seja, não se observa dois eventos – a experiência de agir e a ação do movimento do braço – mas, sim, “parte do conteúdo Intencional da experiência de agir foi que está própria experiência estava determinando a elevação”¹⁰⁶ do braço. Esta explicitação do significado de causa na *Causação Intencional* é a tentativa de mostrar a diferença entre o significado, dito por Searle, tradicional “é “geralmente considerada uma relação natural entre eventos no mundo”¹⁰⁷, em que “nunca se tem uma experiência de

⁹⁹ SEARLE. John. *INTENCIONALIDADE*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 169

¹⁰⁰ *Ibidem*. p. 134.

¹⁰¹ *Ibidem*.

¹⁰² *Ibidem*.

¹⁰³ Adaptação do trecho da página 169 da obra *Intencionalidade* de John Searle usada neste trabalho.

¹⁰⁴ SEARLE. John. *INTENCIONALIDADE*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 170

¹⁰⁵ *Ibidem*

¹⁰⁶ *Ibidem*. p. 170

¹⁰⁷ *Ibidem*. p. 155

causação”¹⁰⁸ e a *Causação Intencional* que “não apenas se verifica com frequência experiências de causação, como, inclusive, toda experiência de percepção ou ação é precisamente uma experiência de causação”. Em outras palavras, “sempre que percebemos o mundo ou agimos sobre ele temos estados Intencionais auto-referêntes”¹⁰⁹ (percepção ou ação) e a relação de “causação é parte do *conteúdo*, não do objeto, dessas experiências”¹¹⁰.

Em suma, segundo Searle, há três aspectos diferentes entre a concepção de causa dele e a tradicional: (1) “Não é na *observação*, mas na *realização* das ações que tomamos consciência da causação, pois parte do conteúdo Intencional da experiência de agir [...] é que essa experiência causa o movimento corporal.”¹¹¹ (2) Somos diretamente¹¹² conscientes da causação na percepção e na ação: Na ação as experiências causam o movimento corporal, na percepção “os eventos e estados físicos nos causam experiência”¹¹³. (3) Na abordagem de Searle não se observa vínculos entre eventos, mas sim a apresentação (seja da ação ou da percepção) Intencional causal do outro evento (por exemplo mover a cintura), assim os dois juntos formam o evento composto (a ação de mover a cintura).

O problema que se segue, diante desta *Causação Intencional* é, como algo desprovido de Intencionalidade (por exemplo: uma xícara quebrar ao cair no chão) compartilha das mesmas relações que os estados e eventos Intencionais (jogar a xícara no chão). Para explicar esta questão Searle traz a ideia de Piaget de que a “criança adquire o conhecimento da relação por-meio-de”¹¹⁴, que no ponto de vista Intencional, a criança pode ter conhecimento de que por meio de uma intenção em ação resulta em um movimento que resulta em um acontecimento na realidade, por exemplo: A criança, através de ocorrências repetidas, pode ter o conhecimento de que a intenção em ação resulta no movimento da perna que resulta no chute à bola, que leva a quebrar o vaso. Em outras palavras, por-meio-de um movimento de perna para à bola que ela consegue fazer com que o vaso seja quebrado. Assim, por-meio-de se torna condição de satisfação da intenção em ação, como também, além de uma experiência perceptiva e de agir, há uma *experiência causal*, que em outras palavras é a experiência de quando um agente observa “efetivamente os eventos

¹⁰⁸ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 171.

¹⁰⁹ Ibidem.

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ Ibidem. p. 172

¹¹² Aqui, diretamente consciente é referente a que temos acesso direto à experiência da ação de da percepção, pois sua existência é parte de seu conteúdo Intencional. Assim, quando pensamos em erguer o braço temos a experiência da ação e temos a ação. Da mesma forma quando vemos uma flor, temos a experiência da flor e a flor. (Ibidem)

¹¹³ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 172

¹¹⁴ Ibidem. p. 176

como causalmente relacionados”¹¹⁵. Esta experiência causal é obtida quando parte do conteúdo Intencional da experiência (da percepção ou de agir) é ser causado ou causar algo no mundo (como, ser causado pela existência da flor, que faz com que possa vê-la, ou causar o movimento do braço para arrancar a flor da terra).

Esta relação que a ideia de Piaget tem com a teoria da Intencionalidade de Searle, no que se trata da experiência causal e da *Causação Intencional* faz com que exista a possibilidade de uma manipulação das cadeias causais conhecidas pelo agente através de fracassos e sucessos. Essa manipulação, com a experiência causal e a *Causação Intencional*, faz com que Searle se incline na *hipótese* que deve haver uma regularidade geral no mundo; “que as relações causais exemplificam leis gerais e essa teoria de é presumivelmente empírica como qualquer outra”¹¹⁶, na tentativa de relacionar as experiências causais com a possibilidade de manipulação de cadeias causais; ou seja, esta relação se dá por meio de uma regularidade geral no mundo. Não significa, necessariamente, que uma ocorrência será após a outra somente por se acreditar que há uma relação entre os eventos causais, mas sim que, devido ao fracasso e o sucesso que se aplica a noção de algo (um conceito pode exemplo), pois se determina a ocorrência de outra coisa para levar à esta coisa. Por exemplo, podemos dizer que o vaso se quebra se atacar uma pedra de determinado tamanho devido à ocorrência de um evento onde se teve a experiência de que a intenção em ação realizava o movimento do braço que levava a atacar uma determinada pedra em um vaso, e isso fez com que quebrasse o vaso.

2.7 REDE INTENCIONAL E BACKGROUND DE INFORMAÇÕES

Discorreremos até o momento que Searle busca realizar uma teoria sobre a Intencionalidade, mas não uma teoria geral, já que ele não trabalha com todos os estados mentais. Ao discorrer sobre a Intencionalidade, usa a teoria dos atos de fala como modelo para expor suas ideias, e por isto há termos da filosofia da linguagem presentes nesta área da filosofia da mente. Também discorreremos sobre a Intencionalidade ser, para Searle, “aquela propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos para, ou acerca de, objetos e estados de coisas no mundo”¹¹⁷, e que há uma estrutura

¹¹⁵ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 179

¹¹⁶ Ibidem. p. 183

¹¹⁷ Ibidem. p. 1

próxima da estrutura dos atos de fala com o qual faz com que estados mentais tenham um conteúdo Intencional, este conteúdo definindo quais são as suas condições de satisfação.

Mas eles funcionariam de maneira independente, sem precisar um estado do outro? Não é o que Searle acredita, para ele “cada estado Intencional tem seu conteúdo e determina suas condições de satisfação apenas em relação a numerosos outros estados Intencionais”¹¹⁸. Quando, por exemplo, uma mulher tem a intenção de concorrer à presidência do Brasil, ela normalmente acreditaria também que o Brasil seria uma República, que tem eleições periodicamente e que, nessas eleições, um candidato de um partido que concorre à presidência seja eleito, tudo isso compõe o que Searle nomeia de “Rede de Estados Intencionais”.

Poderíamos dizer que nenhuma dessas crenças não existem devido ao enunciado, ou que nada disso é essencial para a intenção desta mulher, mas, para Searle, sem uma Rede de estados Intencionais, este enunciado não poderia ser formado como está, a ser “intenção de concorrer à presidência do Brasil”. Em outras palavras, a intenção da mulher se refere a outros estados Intencionais, no sentido que só pode “ter as condições de satisfação que tem e, portanto, só pode ter a intenção que é, porque está situada em uma Rede de outras crenças e desejos”¹¹⁹, porém não qualquer rede, uma rede que é a soma dos seus membros e também a soma das relações existentes entre os membros, já que existem estados mentais que se relacionam entre si de forma subsidiária, como: temores, ansiedade, antegozos, entre outros.

Apesar de existir uma Rede de estados Intencionais, e conseguirmos entender a relação entre alguns, é impossível, seguindo Searle, entender a relação entre todos os estados Intencionais da Rede, pois parte da Rede se encontra “submersa no inconsciente”¹²⁰, além de não haver uma individualização dos estados da Rede. Se “tentássemos de fato levar a cabo essa tarefa, logo veríamos formulado um conjunto de proposições que pareceriam improváveis se as incluíssemos em uma lista de crenças na Rede”¹²¹, pois seriam fundamentais demais para se considerar como crenças, mesmo inconscientes¹²². Logo, existiria relações de crenças que não se encaixariam bem, como “os objetos oferecem resistência” com “ter a intenção de concorrer à presidência”. Para o autor, se seguimos os fios da Rede Intencional, chegaríamos a um “alicerce de capacidades mentais que, em si mesmas, não constituem estados Intencionais (representações), mas

¹¹⁸ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 196

¹¹⁹ Ibidem. p. 196.

¹²⁰ Ibidem.

¹²¹ Ibidem. p. 197

¹²² Cf. SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 197

não obstante formam as precondições para o funcionamento dos estados Intencionais”¹²³, ou seja, “uma precondição ou um conjunto de precondições de Intencionalidade”¹²⁴ chamado por ele de “Background”.

Mas o que é isto exatamente este *alicerce* chamado *Background*? Para Searle, é “um conjunto de capacidades mentais não-representacionais que permite a ocorrência de toda representação”¹²⁵, proporcionando as condições necessárias, mas não o suficiente para os estados Intencionais. Vale ressaltar que, para a ativação de algumas capacidades, precisaríamos envolver algumas apresentações e representações, ou seja, se tenho a intenção de pegar um livro no quarto, precisarei ver o livro para pegá-lo, mas ter a capacidade de pegá-lo e de reconhecê-lo não são “em si mesmas, outras representações”¹²⁶ e são “estas capacidades não-representacionais que constituem o *Background*”¹²⁷.

Assim, um estado Intencional está sempre dentro de uma Rede de estados Intencionais que se relacionam, e, ao buscarmos a base destes estados Intencionais, encontraremos um alicerce de informações não-representacionais, necessárias para a rede Intencional e os estados Intencionais. Mas como sabemos os significados destas informações? No que se trata dos significados discorreremos a seguir.

2.8 SIGNIFICADO

Assim como os humanos, muitos animais têm suas percepções sensoriais e seus estados Intencionais, mas uma característica da Intencionalidade, que talvez seja somente em seres humanos, é a sua associação com a linguagem e o significado¹²⁸. Podemos ver essa associação quando Searle usa da teoria dos atos de fala como um modelo didático para discorrer sobre a Intencionalidade.

Damos significados as coisas dentro de uma estrutura linguística, ou seja, se buscamos dizer “*es regnet*” (“que está chovendo”) querendo treinar a pronúncia do Alemão não faria diferença se chove ou se faz sol. Mas se buscamos dizer *que está*

¹²³ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 198

¹²⁴ Ibidem.

¹²⁵ Ibidem. p. 198

¹²⁶ Ibidem. p. 199

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ Cf. SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 224

chovendo, fazer sol muda a relação dos significados. Dizer algo e querer significa-lo é dizer “com as condições de satisfação intencionalmente impostas ao enunciado”¹²⁹. Assim “na realização do ato de fala, a mente impõe intencionalmente à expressão física do estado mental expresso as mesmas condições de satisfação do próprio estado mental”¹³⁰.

Mesmo em casos em que há duas pessoas que usam uma linguagem completamente diferente, um dos meios de intencionar significação seria através de gestos¹³¹ que possam auxiliar ao entendimento das condições de satisfação da intenção prévia.

Uma das características da *intenção significativa* é conter parte de suas condições de satisfação sendo não-causais, por exemplo quando um sargento ordena que o sujeito erga o braço, e o mesmo o ergue; sua condição de satisfação era erguer o braço, e isto é nada além de sua ordem, sem eventos causais como a intenção de atirar no inimigo, que provem da intenção-em-ação causais; “apertar o gatilho, disparar a arma, atingir o inimigo”¹³².

O problema que encaramos agora é tentar entender como a “mente impõe Intencionalidade a entidades não intrinsecamente Intencionais”¹³³, pois se propormos, por exemplo, que dois sujeitos entram em acordo com a ideia de que ao se levantar a mão significaria que não há nenhum animal aparentemente feroz por perto dos dois. Como o ato Intencional de levantar a mão levaria ao significado de que não há nenhum animal aparentemente feroz?

Analisemos especificamente como seria este exemplo: um dos sujeitos, ao ter uma experiência perceptiva visual de que não há nenhum animal aparentemente feroz, ele tem então a crença de que não há nenhum animal aparentemente feroz; logo tem a intenção de expressar essa experiência para o outro sujeito; então sabendo da relação entre o braço e a falta do animal aparentemente feroz, ele tem uma segunda intenção de levantar o braço, causando a intenção-em-ação que produz o movimento do braço e reproduz a condição de satisfação de sua experiência perceptiva visual. A proposta que Searle dá para este problema é que a condição de satisfação seja transferida para, por exemplo, uma emissão por um ato Intencional. Assim, no exemplo, a crença de que não há nenhum animal aparentemente feroz por perto do sujeito é transferida ao ato Intencional de

¹²⁹ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 236

¹³⁰ Ibidem. p. 229

¹³¹ Que se difere de uma linguagem de sinal, não queremos dizer aqui que estes gestos fazem parte de um arcabouço linguístico com sintaxe e semântica, mas gestos que buscam em si mesmos demonstrar as condições de satisfação da intenção-em-ação.

¹³² Ibidem. p. 227

¹³³ Ibidem. p. 233

levantar o braço. Em outras palavras a ação significativa se dá por ter condições de satisfação Intencionalmente impostas; no caso de atos de fala, as intenções de significação são intenções de representar, ou seja, “uma intenção de que os *eventos físicos que constituem parte das condições de satisfação (no sentido de coisa requerida) da intenção tenham, eles próprios, condições de satisfação (no sentido de requisito)*”¹³⁴. Talvez não fomos específicos, queremos dizer que há uma intenção de que eventos físicos, que são parte das condições de satisfação, tenham condições de satisfação. Dentro do exemplo ficaria como: o sujeito tem uma intenção de levantar o braço para avisar que não há animais aparentemente feroz por perto para o outro sujeito; parte da condição de satisfação que se refere ao evento físico de erguer o braço tem em si uma condição de satisfação, que é que não haja nenhum animal aparentemente feroz por perto.

Voltando ao primeiro exemplo deste tópico, a pronuncia do alemão, quando dizemos que chove, estamos realizando um evento físico (um ato de fala) que busca expressar as condições de satisfação da crença (estado mental) de que chove, deixando essas condições impostas no enunciado.

No que se trata do significado poderíamos encontrar muitos questionamentos presentes tanto na filosofia da mente quanto da linguagem. Um dos quais Searle se posiciona é a respeito de como um locutário pode entender o mesmo significado que o locutor, para ele:

“[...] é em virtude de um estado mental qualquer na cabeça de um falante e de um ouvinte – o estado mental de apreender-se uma entidade abstrata ou simplesmente ter-se um certo conteúdo Intencional – que o falante e ouvinte podem entender as referências linguísticas.”

INTENCIONALIDADE, John Searle (p.277)

Há, assim, estados mentais com os quais estão direcionados à, e que representam algo, que faz com que um locutor e um locutário possam entender a mesma referência linguística, por exemplo quando uma pessoa esta com sede e pede água para outra pessoa, neste momento as duas pessoas têm estados mentais com o qual ajudam a compreender o enunciado do locutor “quero água”.

Nesta perspectiva vemos como a teoria da Intencionalidade de Searle se adequa neste caso. Mas há casos diferentes também, como quando o locutor tem a intenção significativa de expressar que quer água, porém as condições de satisfação para

¹³⁴ SEARLE. John. *INTENCIONALIDADE*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 234

que seja água, para ele, sejam outras coisas, como por exemplo CH₄. Isto fará com que ele peça algo que não será satisfeito. Assim, locutário tem em mente, provavelmente, uma *água* (H₂O) diferente da *água* (CH₄) que o locutor que deseja. Quando este locutário traz a *água* (H₂O) para o locutor, logo ele vê que não estão pensando na mesma coisa quando um deles diz que deseja água. Pois as condições de satisfação para cada um são diferentes, assim a satisfação deste desejo dependerá de como são as coisas no mundo.

Isto vale até mesmo em casos que a forma, o cheiro, o gosto e quando todas as sensações sejam semelhantes entre a *água* que o locutor diz desejar (seja CH₄ ou qualquer molécula que possa ser semelhante a água) e a *água* que o locutário pensa ser (H₂O). Pois para Searle “duas pessoas podem estar em estados mentais”¹³⁵ do mesmo tipo, ou tipo-idênticos, “e mesmo assim seus conteúdos Intencionais podem ser diferentes; podem ter diferentes condições de satisfação”¹³⁶. Mas em suma, para ele, é que “as relações causais e de outros tipos com o mundo real só são relevantes para a linguagem e outros tipos de Intencionalidade na medida que causem um impacto sobre o cérebro”¹³⁷ e também “os únicos impactos interessantes são aqueles que produzem Intencionalidade”¹³⁸. Assim adentramos no nosso próximo tópico, a perspectiva de Searle sobre a relação mundo (e cérebro) e mente, o que ele chama de “Naturalismo Biológico”.

2.9 NATURALISMO BIOLÓGICO

Um dos paradigmas da sociedade contemporânea é a tentativa de conciliar “fenômenos intrigantes, questões que envolve a mente, a linguagem e a sociedade [...] como parte do mundo natural, em continuidade com planetas, os átomos e a digestão”¹³⁹. O trabalho de Searle na filosofia é buscar conciliar estas duas coisas. Para isto ele discorre sobre seu pensamento abordando uma perspectiva naturalista, chamada por ele de *naturalismo biológico*¹⁴⁰, considerando que os “estados, processos e eventos Intencionais como parte da história de nossa vida biológica, do mesmo modo que a digestão, crescimento e a secreção de bÍlis fazem parte da história de nossas vida biológica”¹⁴¹.

¹³⁵ SEARLE, John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 289.

¹³⁶ Ibidem.

¹³⁷ Ibidem. p. 320.

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ SEARLE, Jhon. MENTE, LINGUAGEM E SOCIEDADE. Rio de Janeiro: Ciência Atual Rocco, 2000.

¹⁴⁰ Idem. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 366

¹⁴¹ Ibidem. p. 366

Para Searle, os “os estados mentais são tão reais quanto quaisquer outro fenômeno biológico”¹⁴², como defecar, fotossíntese, lactação, mitose, digestão, etc. Esta ideia tenta conciliar a ideia como um evento mental pode causar um evento físico. Como a intenção de agir (mente) causa a ação (no mundo físico)? Para isto, discorre que a mente é um fenômeno biológico assim os estados mentais são “ao mesmo tempo *causados pelas* operações do cérebro e *realizados* na estrutura cerebral (e no resto do sistema nervoso central)”¹⁴³, como a digestão que é *causada e realizada* no estômago.

Como podemos relacionar a causa e a realização em um mesmo objeto físico? Searle discorre a ideia de que “há relações causais entre fenômenos em níveis diferentes da mesmíssima substância subjacente”¹⁴⁴, em outras palavras, a rigidez que sentimos de um livro em nossas mãos é um exemplo de “propriedades causais que são elas próprias causadas e realizadas em uma microestrutura subjacente”¹⁴⁵, contudo “a interpretação é ainda incompleta e é possível que se venha a provar que a teoria de que dispomos está equivocada em todos os sentidos fundamentais”¹⁴⁶.

Pensem na filosofia de Searle como uma rede, apenas a título de analogia, onde, não importa para qual ponto analisar, haveria sempre uma conexão com outro ponto da teoria. Assim, diga-se de passagem, poderíamos simplesmente ir para qualquer parte da teoria para poder discorrer dela como um todo. Neste trabalho discorreremos sobre a Intencionalidade em Searle, e por fim, acabamos no paradigma da contemporaneidade. A mente é um fenômeno biológico para Searle e a Intencionalidade, como uma característica de muitos estados da mente, fazem parte da história da vida biológica.

¹⁴² SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 366

¹⁴³ Ibidem. p. 367

¹⁴⁴ Ibidem. p. 369

¹⁴⁵ SEARLE. John. INTENCIONALIDADE. São Paulo: Martins Fontes, 1995. P. 369

¹⁴⁶ Ibidem.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na filosofia da mente, a teoria da Intencionalidade de Searle envolve uma proximidade com a filosofia da linguagem, já que, para ele, a filosofia da linguagem é uma área da primeira eu da filosofia da mente. Utiliza termos da filosofia da linguagem, mais precisamente da área da Pragmática (no que se trata dos atos de fala), para discorrer sobre a Intencionalidade. Apesar disto, sua teoria da Intencionalidade não é essencialmente linguística, sendo a Intencionalidade uma característica de muitos estados e eventos mentais que se direciona à objetos e estados de coisas no mundo (representa ou apresenta). Diferencia a mente de objetos físicos, mas não distanciando-os, colocando a mente como um fenômeno biológico no objeto físico que chamamos de cérebro, não sendo, pois, a mente um objeto físico, sendo como à digestão, lactação, fotossíntese, dentre outros.

Como fenômeno biológico (dentro de sua ideia de Naturalismo Biológico) a mente, os estados mentais e as experiências perceptivas acabam acarretando em uma rede causal de acontecimentos que levam desde ações de objetos e eventos de coisas no mundo não-Intencionais à estados e eventos Intencionais, como também vice-versa. Na busca de aproximação da realidade para evitar o Solipsismo (não se inclina a dizer que não temos nenhum acesso a realidade), Searle se inclina ao *realismo ingênuo*, que o objeto da percepção na realidade que nos proporciona experiência perceptiva. A experiência perceptiva, estando na mente (como fenômeno biológico) leva-nos aos significados das palavras, pois, na teoria da Intencionalidade, ter uma crença de X demandaria, por vezes, saber o significado de X. Significados compõem parte das informações bases (Background) que a Rede de estados Intencionais tem como alicerce, apesar disto não quer dizer necessariamente que temos acesso a toda Rede ou a todo Background de informações, muitos são inconscientes.

Em suma, a Intencionalidade para Searle é uma característica de muitos estados e eventos mentais que são direcionados à (representam ou apresentam) objetos e estado de coisas no mundo, em um fenômeno biológico chamado mente, em um corpo biológico com suas histórias e eventos no mundo, em que tem sua relação Intencional com o mundo sem depender de uma linguagem. Havendo uma Rede de estados Intencionais com os quais têm como base informações não-representacionais que dão um alicerce para a Rede, com seus significados construídos na mente através em determinados contextos e relações entre interlocutores.

Há muitas coisas com as quais pretendemos nos aprofundar neste tema (Intencionalidade), porém, com o tempo delimitado, realizamos esta pesquisa cientes da necessidade de sempre buscar compreender mais sobre o tema que trabalhamos. Pretendemos prosseguir os estudos sobre a filosofia da mente e a filosofia da linguagem na perspectiva de Searle, em busca de encontrar uma resposta para o problema que nos fez iniciar os estudos sobre a mente e sua relação com o mundo, mas que não é o assunto central do trabalho: Pessoas surdas que são fluentes na linguagem de sinais pensam e têm processos Intencionais em sua mente da mesma forma das pessoas que usam a linguagem auditiva? Sua diferença na linguagem muda sua forma de compreender o mundo? Podemos usar a mesma didática feita em uma linguagem auditiva, para ensinar surdos, apenas traduzindo para a linguagem de sinais?

As pessoas surdas têm uma característica específica com a qual nos interessa a investigação; a linguagem de sinais, que, por ser um tema recente, é tema de poucas pesquisas na filosofia da mente e na linguagem. Lígia Lorandi Ferreira Carneiro escreveu um artigo a respeito das perdas e ganhos da surdez¹⁴⁷, em que o cérebro de pessoas surdas fluentes em libras apresenta uma funcionalidade diferente da linguagem auditiva. Nosso objetivo é pesquisar a relação entre o cérebro que perdeu sua sensibilidade auditiva, mas tem uma linguagem de sinais, e a forma de compreensão do mundo através desta linguagem.

A área da Educação Inclusiva é o ponto final que pretendemos nas nossas futuras investigações, compreender melhor como a mente se relaciona com o mundo para encontrar formas mais eficazes de um ensino que seja inclusivo. O tema da surdez se diferencia por causa da linguagem de sinais ser uma linguagem baseada em um sentido diferente (visão) da maioria das outras linguagens (audição). Esperamos encontrar respostas para estes problemas com os quais nos inquietamos. Até lá continuaremos pesquisando.

¹⁴⁷ CARNEIRO, L, L, F. SURDEZ: PERDAS E GANHOS. Ciência e Cognição. 2005, Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cc/v6n1/v6a16.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Yuri. **Yala e a teia da existência**. Foz do Iguaçu:[s.n], 2018

CARNEIRO, L, L, F. **Surdez: perdas e ganhos**. Ciência e Cognição. 2005, Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cc/v6n1/v6a16.pdf> >. Acesso em: 06 mai. 2018

HUXLEY, Aldous. **A Ilha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SEARLE. John. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Lenguaje y Ciencias Sociales Diálogo entre John Searle y Crea**. Barcelona: El Roure, 2004. p. 37.

_____. **Mente, Linguagem e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ciência Atual Rocco, 2000.

KING, Stephen. **A COISA IT**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014

KUNDERA, Milan. **A Insustentável Leveza do ser**. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1986.